

Mudança, já!

Poderá parecer estranho que, no instante em que o Executivo reconhece a necessidade de pautar sua política econômica pelas normas do mercado (ainda que mantendo CIP e Sunab), se reclame a mudança do grupo responsável pela condução da política econômica mais o ministro do Trabalho. Na verdade, não há nada de insólito nisso; afinal, depois de 21 anos de autoritarismo, a opinião pública aprendeu que a irresponsabilidade política dos governantes bem como a possibilidade que se lhes concede de errar indefinidamente são os fatores que mais contribuem para desmoralizar a democracia e corroer a ordem jurídica.

O presidente Sarney — e estamos repetindo o que dissemos muitas vezes — acreditou na falácia que lhe foi impingida: a da inflação zero e a de que seria possível ao Brasil ter índices de crescimento econômico iguais aos do Japão. Tanto acreditou, que anunciou o fim da inflação e a certeza de que o Plano Cruzado daria certo. Ora, hoje o que se vê é o fim do Plano Cruzado — que morreu sem choro nem vela depois de frustrar as esperanças populares e de haver transformado, ao malograr, o presidente da República em responsável pela falta de gêneros e pela alta de preços. O povo não sabe que ao chefe do governo foram oferecidas as más alternativas; que s.exa. preferiu isolar-se a ter de duvidar daqueles que lhe faziam livre e desimpedido o caminho que levaria à concretização de sua entranhada opção pelos pobres. O homem da rua não sabe disso, e por isso culpa o presidente, a quem cabe a condução superior da administração pública, pelo que aconteceu. Em qualquer sistema político, parlamentarista ou presidencialista, os responsáveis por uma política malograda são punidos politicamente. Esse é o único processo que restabelece a confiança na autoridade e o respeito popular pelo governo. Os responsáveis objetivos são os ministros!

Tendo-se recusado a fazer as correções de curso quando ainda era possível evitar a desorganização da economia; tendo contribuído, com uma política cega aos dados da realidade, para que os delegados brasileiros compareçam à negociação com os banqueiros internacionais em posição de inferiori-

dade, na medida em que ao longo dos meses se desperdiçaram, numa euforia precipitada e fora de propósito, as reservas cambiais acumuladas graças ao labor dos operários e à operosidade dos empresários; tendo fechado mercados externos conquistados a duras penas a fim de manter o nível de abastecimento — que eles próprios desorganizaram —, os que conduziram e planejaram a política do Plano Cruzado só têm um caminho: entregar ao presidente da República a sua carta de demissão a fim de que s.exa., sem compromissos outros a não ser com o futuro da Nação, possa tentar lembrar com novos colaboradores o que se esgarçou num festival de irresponsabilidades que dura quase um ano.

O fulcro da crise não está nos assessores — no chamado “grupo chileno”, aos quais, conspirativamente, se atribui a intenção de desorganizar a economia para empalmar o poder. O fulcro da crise reside no primeiro escalão, porque é nos ministros que não se tem mais confiança. Durante um ano, ministros e assessores fizeram da Nação campo para suas experiências, seguramente muito elucidativas para aqueles que discutem, na universidade, a validade desta ou daquela teoria econômica. Durante um ano, instilaram na opinião pública o veneno da dúvida sobre o patriotismo dos empresários em geral e dos comerciantes em particular; durante um ano, tripudiaram sobre o bom senso. Agora, da noite para o dia, quando verificam que não é mais possível continuar enganando o presidente e mentindo a si próprios; quando sabem que os conflitos que os dividem já são de conhecimento público, pretendem que se renove neles a confiança, do dia para a noite! E não se limitam a isso — o que já não é pouco; querem continuar dando a impressão de que os empresários são gananciosos. Não deixarão de comparar preços de agora, reais, com os de ontem, tabelados, o que dará margem ao aparecimento de índices inflacionários. Por acaso, não culparão os empresários por isso?

O presidente da República necessita convencer-se de que está sozinho e de que foi abandonado às feras que passeiam, agora tranquilamente, pelas arenas da Constituinte, mas que afiam as garras para os

próximos embates. Ele necessita de homens novos, capazes de inspirar confiança no empresariado — afinal, como podem os empresários confiar nos ministros que aí estão, se até fevereiro de 1986 diziam uma coisa e depois do tropicalismo irresponsável do Plano Cruzado faziam outra?

A confiança do empresariado no Executivo vai demorar a se restabelecer. O bom senso indica que se criarão melhores condições de estabelecer-se clima mais favorável ao entendimento se os líderes da indústria, do comércio e da agricultura não tiverem de dialogar com os mesmos que até ontem os condenavam. Se no lugar deles encontrarem interlocutores que não desconfiam da “ganância” empresarial, mas, pelo contrário, depositam confiança nas leis de mercado e na racionalidade da ação econômica dos empresários.

Não tema, o presidente da República, descontentar os trabalhadores ao substituir seu quadro de auxiliares diretos, o que ensejará salutar arejamento do ambiente ministerial como um todo: os ministros que aí estão não merecem igualmente a confiança dos trabalhadores (para não dizer dos dirigentes das centrais sindicais, radicais à procura de pretextos) pela simples e boa razão de que lhes prometeram um mundo melhor e lhes deram uma situação tão desconfortável quanto a do passado.

Finalmente, medite o presidente da República nestas indagações que permanecem no ar: que autoridade terão os dirigentes da política econômica do Brasil para renegociar a dívida externa se tudo o que cantaram em prosa e verso era falso, e se os arroubos de independência e autonomia — às vezes grosseiros, como aquela tirada: “Se não gostarem, devolvam o cheque” — tiveram de ceder lugar ao humilde reconhecimento de que as reservas estão em níveis que tornam ridícula a arrogância? Substituí-los por pessoas que igualmente inspirem confiança no mundo das finanças internacionais é medida de salvação pública. O presidente da República não pode deixar-se levar pelo sentimentalismo nesta hora difícil — não deve permitir que o coração dirija seus atos, porque a situação exige soluções de estadista.